

ATA N.º 08/XII/2018

Reunião Pública de 28/03/2018

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano dois mil e dezoito, no Salão da Sede da ex-Junta de Freguesia de Sarilhos Pequenos, pelas vinte e uma horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita, sob a Presidência do Sr. Presidente Rui Manuel Marques Garcia e com a presença dos Srs. Vereadores Luís Fernando Marta Ribeiro Chula, Daniel Vaz Figueiredo, Pedro Manuel da Silva Aniceto, Vivina Maria Semedo Nunes, Joaquim Inácio Raminhos Cabaça, Miguel Francisco Amoêdo Canudo, Filomena Maria da Silva Magalhães Ventura e Luís Fernando Vaz do Nascimento.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. CONTRATO - PROGRAMA 2018 COM ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO - 4	7
2. REALIZAÇÃO DA FESTA DA ROMARIA	9
3. RENÚNCIA VOLUNTÁRIA DO ESPAÇO DE VENDA Nº304, COM A ATIVIDADE DE CALÇADO, NA FEIRA MENSAL DO CONCELHO DA MOITA	12
4. RENÚNCIA VOLUNTÁRIA DO ESPAÇO DE VENDA Nº113, COM A ATIVIDADE DE FERRAGENS, NA FEIRA MENSAL DO CONCELHO DA MOITA	13

O Sr. Presidente informou que a semana participativa da Freguesia não se realizou, como é habitual, em simultâneo com a realização da reunião descentralizada, por motivos de indisponibilidade, devido ao período da Páscoa, acrescentando que se realizará posteriormente e que os Srs. Vereadores serão informados, logo que haja acerto de datas.

Foi seguidamente dado início ao Período de Intervenção do Público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

D^a Sara Silva – Disse que a sua intervenção vem na sequência de uma situação que se passou consigo no sábado anterior, querendo colocar a questão à Câmara, nomeadamente, foi ao Pingo Doce da Moita, por volta das 20h30m, fazer compras e enquanto aguardava na charcutaria verificou que a funcionária estava a iniciar as limpezas no balcão, tendo agarrado em todas as travessas e deitado o seu conteúdo para o lixo. Pensa que esta comida, supostamente poderia ser aproveitada e questionou se a Câmara Municipal tem algum Programa, em vigor, que trate do combate ao desperdício alimentar, uma vez que no Concelho existe, com certeza, muita pobreza e muita gente a necessitar do aproveitamento desta comida, que é boa, e faria falta a muita gente.

Sr. Presidente – Informou que a Câmara Municipal não tem, nem participa, em nenhum Programa desta natureza, os Programas que existem, e conhecemos, nalgumas instituições, designadamente instituições comerciais são de iniciativa dos próprios, e de ligação direta com Instituições Particulares de Solidariedade Social. A Câmara Municipal não considera que seja a sua função participar nestes processos, eventualmente poderia participar, mas não ser a promotora deste tipo de projetos que são projetos que deve ser a Rede Social e as Instituições Sociais a envolver-se. Se o Pingo Doce faz isso, é uma prática que sabe, por conhecimento pessoal, que não é seguida por outras unidades comerciais, que encaminham de forma diferente os seus produtos não comercializados. O apoio dado pelo Município é idêntico ao que se faz com o Banco Alimentar, prestamos apoio às Instituições Locais que o solicitam, designadamente com apoio logístico e transporte, cedendo as viaturas. Para qualquer outro projeto que surja temos disponibilidade para o mesmo tipo de apoio, mas não como promotores.

Sr.^a Marta Ferreira – Referiu que reside na Rua D. Manuel I, n.º 11, na Moita, e que em frente à sua porta, existe um buraco que começou por ser pequeno, mas que foi abatendo e agora tem cerca de um metro de comprimento e meio metro de largo, há mais de um mês, embora a Câmara há cerca de duas semanas tenha colocado no local uma baia, mas somente isso. Questiona se existe num futuro próximo a intenção, por parte da Câmara, de reparar aquele buraco que é extremamente perigoso para quem lá passa.

Sr. Carvalheira – Referiu ter tido conhecimento pela Comunicação Social, ou alguém lhe disse, que o Executivo da Câmara tinha visitado o Carvalhinho, acrescentando que a Rua do Ramalho está intransitável, e como tal agradecia que lá colocassem tuvenan. Refere também que entre o Aldi e a casa do Sr. José Chula, existem canas que já se encontram no meio do passeio.

Disse, ainda, que teve conhecimento, recentemente, que fecharam duas Associações na Moita, nomeadamente a Associação do Carvalhinho e a Associação de Moradores do Palheiro, tendo alguma preocupação com a do Carvalhinho porque sabe-se que o património que aquela Associação tinha era muito, não sabendo se foi entregue à Câmara, à Junta de Freguesia ou aos Bombeiros, solicitando algum esclarecimento acerca desta questão, para ficar mais descansado.

Sr. Presidente – Relativamente à questão da Rua D. Manuel I, e tendo questionado o Sr. Vereador Miguel Canudo sobre se tinha conhecimento da mesma, informou que irão verificar o que está a acontecer e, designadamente, verificar se é uma responsabilidade Municipal ou da Junta de Freguesia, porque a reparação dos pavimentos pedonais está descentralizada nas Juntas de Freguesia, exceto quando os danos resultam de roturas de água ou de saneamento é que é responsabilidade direta dos Serviços Municipais.

Quanto ao Carvalhinho existem questões que já são conhecidas e quanto ao corte de canas, ainda não se iniciou o ciclo de corte mas assim que tiver início aquela zona também será abrangida, como habitualmente. Relativamente à Rua citada não está previsto para breve o seu asfaltamento, mas será feita a reparação, que normalmente é feita com recuperação dos materiais que estão no local, nomeadamente a brita.

Esclareceu, ainda, que não tem conhecimento do que foi feito ao espólio da Associação de Moradores do Carvalhinho, sabendo, no entanto, que à Câmara Municipal não foi entregue e não sabe se o foi à Junta porque o Presidente não comentou nada sobre o assunto. Em relação à Associação do Palheiro existe, ainda, a esperança de que seja uma situação transitória, uma vez que os membros que restam dos anteriores Corpos Sociais já solicitaram auxílio à Câmara, nomeadamente aconselhamento Jurídico, tendo o Município recorrido aos serviços da Confederação Portuguesa de Coletividades de Cultura e Recreio, que presta esse tipo de apoio, tendo sido realizada uma reunião onde também esteve presente o Município, para os aconselhar sobre os procedimentos a ter para solucionar os seus problemas, portanto temos esperança, como tem acontecido noutras situações, que seja uma situação transitória, que seja um período mais difícil e que o consigam ultrapassar e que aquela Coletividade que tem uma atividade interessante, que se possa manter, que recupere e possa continuar.

Sr. Vereador Pedro Aniceto – Relativamente às questões sociais disse que, por vezes, não promover o Programa em si, não é, evidentemente, missão da Câmara Municipal, mas presume que, por vezes, o agente facilitador é mais importante do que propriamente a promoção do Programa e de toda a logística que envolve. Para evitar esse desperdício com dois ou três telefonemas é possível colocar as pessoas a conversar em termos de estruturas de forma a que aquele material fosse reaproveitado por quem dele necessite.

Em seguida o Sr. Presidente deu início ao Período da Ordem do Dia

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente apresentou para conhecimento:

- A posição atual do Orçamento da Receita do presente ano, o resumo da posição do Orçamento da Despesa, assim como o Resumo Diário da Tesouraria

De seguida o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que manifestaram intenção de intervir no Período Antes da Ordem do Dia.

Sr.^a Vereadora Filomena Ventura – Disse: “Dizer-vos que é um prazer fazer as reuniões descentralizadas, mas é um prazer muito especial fazê-las, aqui, em Sarilhos Pequenos, com toda a história de ligação ao Tejo que esta terra tem e com todo o meu respeito por quem vive aqui as dificuldades que enfrentou e que ainda tem que enfrentar. Tenho aqui uma situação que não é de Sarilhos Pequenos mas é da Moita, está a decorrer a obra na Rua Dr. Alexandre Sequeira, mais comumente conhecida como as traseiras da Sociedade Capricho Moitense, e a obra que está a decorrer, ao fazerem as caleiras das árvores para as regar, implica que são de tal ordem grandes que quem precisar de usar uma cadeira de rodas ou um carrinho de bebés tem alguma dificuldade em passar ali em usar aquele passeio e terá de se por em risco uma vez que terá que vir para a estrada. Eu acho, permita-me isto, estas responsabilidades também são direitos humanos e todos nós avançamos na idade, é um conhecimento que o País está envelhecido e é preciso termos alguns cuidados, e estou, neste momento, a alertar enquanto a obra decorre.”

Sr. Vereador Pedro Aniceto – Disse querer frisar, novamente, a alteração do trânsito que foi realizada na Rua dos Marítimos, que desvia para dentro do Bairro da Urbanização de São Sebastião o caudal de trânsito que ali circula, que em termos de efeitos práticos, demonstra, a quem queira ver, que a solução não será a melhor. O trânsito acumulado é uma consequência normal, mas chamou a atenção, como observador atento, que passa no local várias vezes por dia, que as situações de risco frente à Escola são constantes, por indisciplina de peões, porque não é fácil observar regras quando se trata de crianças de tenra idade, bastando permanecer no local um bocado entre as 8.30h e as 9.00h para perceber que o aumento do tempo de desvio e as questões de segurança, também, são mais prementes. Acrescentou que no dia de ontem terá ocorrido um acidente de alguma gravidade, não tendo necessariamente a ver com a dita alteração de trânsito, mas frisou uma vez mais que estiveram e estão contra a alteração de trânsito.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Referiu que sobre a questão social, levantada pela Munícipe, relativa aos excessos de alimentos, pensa que é uma questão social a que poderiam estar atentos, podendo haver alguma recomendação às referidas unidades de grande superfície em relação aos desperdícios, embora a Câmara não esteja envolvida em nenhum Programa do género, mas poderia haver algum reparo nesse sentido, mais que não fosse para entregarem à Misericórdia, por exemplo, que é um espaço onde se servem bastantes refeições a várias pessoas carenciadas no Concelho. Relembrou, ainda, que na última Sessão de Câmara tinha referido o aspeto da Requalificação Urbana em Alhos Vedros, e do prédio existente na Rua de Damão, que continua com fitas vermelhas e umas baias, ficou de se saber se os proprietários tinham sido notificados, lembrando que é uma preocupação no Concelho, nas zonas urbanas mais envelhecidas muitas casas estão a apresentar um aspeto muito degradado, e muitas delas estão em risco de ruir e caírem para a via pública, daí ser um assunto que devemos continuar a acompanhar e gostaria de saber, concretamente, sobre o prédio, em Alhos Vedros, como está a situação em relação ao munícipe.

Acrescentou que foi, também, abordado há uns dias por pessoas que se interrogaram sobre a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho, em termos da sua atividade, de que já se tem falado em algumas dificuldades, há um tempo que não se fala, em termos de balanço, como estão a decorrer os seus trabalhos, deixando esta nota, se fosse possível, terem acesso a algum relatório de atividades e até poder saber se existem algumas dificuldades no seu funcionamento.

Sr.^a Vereadora Vivina Nunes – Informou que existe uma rede social no Concelho da Moita, formada por cinquenta e seis Instituições, e que no âmbito dessa rede social há um grupo de trabalho dedicado às questões alimentares, que tem um Programa que é Governamental, o POAPMC em que há várias Instituições parceiras e onde são distribuídos os alimentos do Banco Alimentar, havendo várias Instituições no terreno a fazer essa distribuição. As questões dos supermercados, e das grandes superfícies, pensa que tem que ser questões da sua natureza e promovidas pelos próprios, mas a Câmara Municipal participa neste grupo de trabalho, inclusive neste momento, tem atribuído um subsídio à RUMO que é a entidade promotora deste Programa, no Concelho da Moita, e tem um subsídio entregue para pagar uma renda para acondicionar os alimentos, que se situa na Urbanização de São Sebastião, a parte dirigida à Moita e Alhos Vedros. Também existem as cantinas sociais, igualmente um Programa do Governo, que estão a ser reabilitadas para o POAPMC, no CRIVA e no CRIP, portanto no que diz respeito à resposta alimentar, no Concelho da Moita, a Rede Social está a funcionar, e na sua opinião e na dos parceiros, bem. Referiu, ainda, que a questão do desperdício alimentar também tem que se ter alguns cuidados, que não são de somenos importância, por exemplo as questões dos refeitórios escolares, que tantas pessoas dizem, que o desperdício deveria ser levado para casa, não é bem assim porque a alimentação pode sofrer deterioração e as pessoas ao ingeri-las podem ter problemas sérios e graves, portanto estas questões da alimentação têm de ser tratadas com muito cuidado e daí existem programas específicos para isso e até programas governamentais. Relativamente à CPCJ, o seu funcionamento atualmente é regular, sem grandes peripécias, como já tivemos noutras alturas, no entanto, as pessoas são sempre poucas porque o número de situações é elevado, mas tem que se estar mais atento aos Relatórios Municipais, que vão trimestralmente à Assembleia Municipal onde está a síntese da CPCJ e do trabalho efetuado, nomeadamente dos técnicos e administrativo que estão, portanto, há sempre uma síntese do trabalho efetuado, contudo, acrescenta que neste momento não existe grande preocupação em relação à questão. O Ministério da Educação tem colocado pessoal, bem como o Ministério da Segurança Social, o Município tem uma Técnica Superior, uma administrativa e várias pessoas da sociedade cooptadas, quase todas elas ligadas à Educação e algumas até ao Direito, as pessoas indicadas também pela Assembleia Municipal pelas várias forças partidárias, julga que do feedback recebido também estão a colaborar, portanto na sua opinião a Comissão atravessa um período mais tranquilo.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Referiu que quando se trata de questões de trânsito, existem sempre alguns problemas porque são medidas que não reúnem consensos nem unanimidades, no entanto, referiu que a Câmara Municipal também está a acompanhar de perto esta situação e irá tomar medidas durante a próxima semana, a semaforização da Avenida está regularizada e estão também atentos ao que se passa naquela zona, quer no período da manhã, quer da tarde. Mais disse que o acidente que houve nada teve a ver com a alteração de trânsito, ou seja, alguém não parou no sinal de STOP e bateu, portanto não tem nada uma coisa a ver com a outra, no entanto, já foi pensado mudar-se o sinal de STOP, mas foi entendido que mudar o sinal de STOP na Rua Eça de Queirós, com a Fernando Pessoa, mudar, ali, o sentido de trânsito, de momento, não parece ser a melhor solução, informando que estiveram no local a fazer um estudo sobre a situação, e se mudarem o sinal, quem vem de manhã, e quem tem um semáforo à frente, a tendência é acelerar para apanhar o verde e isto foi uma avaliação, muito empírica, que fizeram no local, pode não ser científica, mas a verdade é que quem conduz, quando tem semáforos a tendência é acelerar e passar no verde e por vezes passa no amarelo, mas essa situação, desse estudo, ainda não está feito.

Em relação ao trânsito na semana que vem vão ser tomadas medidas e vai-se ver o que vai acontecer. Os semáforos estão regulados, quer os da Eça de Queirós com a Estrada Nacional, estão atentos e vão parar para ver se a medida é correta ou não, portanto, os próximos dois meses vão ser de avaliação. A decisão da ciclovia é inevitável porque passa pelo local e há que fechar o trânsito na Travessa dos Marítimos, tinha-se que inverter um sentido de trânsito no local e consideraram que aquela era a melhor solução.

Sr. Vereador Luís Chula – Disse: “Respondendo à questão que o Sr. Vereador Joaquim Raminhos colocou e que se prende, no âmbito da Proteção Civil, quero informar que quando o Sr. Vereador me colocou na passada reunião de Câmara, do dia 14, essa situação, na manhã imediata a essa reunião eu fui a Alhos Vedros, fui verificar a situação que descreveu e troquei impressões com os Serviços Municipais da Proteção Civil, mais concreto, com o Sr. Coordenador e confirmei aquilo que já tinha conhecimento, que tinha havido uma notificação anterior aos herdeiros daquele edifício, entretanto identificámos outras pessoas, porque aquilo são vários herdeiros, identificámos um canal mais rápido de contacto, e foram contactados através desse herdeiro no sentido de se apressar as obras. Já estava instalado o perímetro de segurança, que me pareceu correto e não houve alteração à instalação inicial. Na verdade as condições do edifício obrigam a que seja feita uma intervenção, essa intervenção em primeira instância, e como sabem, será sempre por parte dos proprietários e é um processo que está em curso e que nunca é tão rápido quanto nós gostaríamos mas não é um assunto encerrado nem abandonado.

Entretanto, e estando aqui em Sarilhos Pequenos, aproveito para informar os munícipes aqui de Sarilhos Pequenos que, também, os serviços municipais, por indicação do Serviço Municipal de Proteção Civil, contactaram os proprietários de uma casa de onde ruiu uma parede, não foi a parede na totalidade, uma parte apreciável do reboco, na Rua Estevão Vasconcelos e que os proprietários foram contactados e mostraram interesse, tão rápido quanto possível, entendendo-se também os herdeiros entre si o que tem as naturais dificuldades, como sabemos, mas aquilo que é essencial é que as pessoas estão interessadas em corrigir o problema e que, também, os serviços irão remover o entulho que caiu (tendo sido informado que já removeram) e era a informação que eu queria dar em relação aqui a Sarilhos e em relação a Alhos Vedros, também nessa situação pois como é sabido temos outras.”

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Agradeceu o esclarecimento dado e disse que, ainda relacionado com este tema, sobre a questão dos prédios que estão degradados e nesta fase de risco, lembrando que quando esta derrocada, recente, em Alhos Vedros, se falou de existir um cadastro dos prédios que estão abandonados e em risco de poderem ruir, questionando se esse levantamento está feito e se é possível terem acesso a ele.

Sr. Vereador Luís Chula – Disse: “O que aconteceu foi, nós solicitámos aos serviços do urbanismo, um levantamento anterior, quando da definição do perímetro da área de Reabilitação Urbana, em Alhos Vedros tinha sido feito previamente a essa definição de perímetro, o dossier foi-nos entregue há mês e meio e nós tivemos a cruzar a informação contida nesse dossier que consiste na identificação de várias casas a necessitarem de reabilitação, com uma degradação de risco mais ou menos elevada e aquilo que os Serviços Municipais de Proteção Civil estão a fazer é, seguindo esse roteiro, digamos assim, avaliar entre o período que foi feito esse levantamento e a atualidade qual a degradação que ocorreu, e qual o sentido de risco que essa degradação poderá ter acrescido, ou não, às casas em questão. Já agora, no meu gabinete tenho, precisamente, um mapa da área com todos os prédios em risco assinalados, é um assunto que está em monitorização constante.”

Sr. Presidente – Disse ter duas notas breves sendo uma relativamente à Rua Dr. Alexandre Sequeira em que aquilo que se está a fazer é uma melhoria em função de uma situação que já estava bastante danificada, provocado pelo crescimento das árvores e das raízes que tinham danificado profundamente aquele pavimento que, efetivamente, já não era transitável, o que se pretende que resulte é numa situação melhor em que fique com o máximo espaço possível para trânsito das pessoas.

Em relação à alteração na Rua dos Marítimos disse que a solução mais fácil é sempre não se fazer nada, ou seja, quando não se faz nada, não se desagrada a ninguém, quando se tomam decisões, inevitavelmente, vai-se desagradar a alguém, porque os interesses das pessoas são divergentes, naturalmente, são contraditórios, não pensamos todos da mesma maneira e para além de não pensarmos não temos todos os mesmos interesses objetivos, não temos todos a mesma utilização do espaço e, portanto, quando se toma uma decisão, sobretudo nestas envolvendo o espaço público e trânsito, inevitavelmente, desagrada-se, sempre, a alguém e é algo que tem que se assumir e assumimos a decisão, uma decisão que foi baseada na seguinte avaliação: o trânsito na Rua dos Marítimos era uma situação má, porque a rua é muito estreita, não oferecia qualquer tipo de garantia de segurança para os peões, nem para os residentes, porque existem zonas em que os carros passavam a menos de um palmo das portas, não oferecia qualquer garantia para aquelas duas Instituições que estão lá, atualmente, a funcionar nos antigos armazéns, não oferecia qualquer garantia para aquelas pessoas e, primeira avaliação, não oferecia também garantias para os alunos que circulam para a escola e vice-versa, segunda avaliação, temos, ao longo dos anos, procurado apostar na valorização da Zona Ribeirinha e torná-la o mais atrativa possível para as pessoas, para usufruírem enquanto pedestres, preterindo o veículo automóvel, quando for necessário que isso aconteça e o que tínhamos ali era uma via pedonal e ciclável com uma grande utilização junto à Caldeira da Moita até ao Cais, interrompida e depois uma outra via pedonal que recomeça junto à Escola, com uma grande utilização, mas havia ali aquele espaço em que as pessoas não tinham por onde circular, a não ser colocando em risco a sua segurança, portanto, a opção tomada foi de apostar, mais uma vez, na valorização da Zona Ribeirinha, fazendo o arranjo de toda aquela zona do largo em frente ao Centro Náutico, prolongando a via ciclável, tornando aquele espaço adaptado capaz de suportar o estacionamento em boas condições, e prolongando a via pedonal e ciclável, portanto, vão arranjar aquele espaço e dar aquela zona uma dignidade que, efetivamente, valorize a Zona Ribeirinha, que torne mais agradável a circulação de pessoas e referiu, mais uma vez, que os carros não se cansam por andar mais 300m, portanto a aposta é valorizar a Zona Ribeirinha e proteger as pessoas.

De seguida entrou-se no período da Ordem do Dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vice-Presidente.

1. CONTRATO – PROGRAMA 2018 COM ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO – 4

“A Câmara Municipal da Moita reconhece a importância do movimento associativo e instituições sociais como um dos principais impulsionadores da participação democrática e da dinamização cultural, des -

portiva e social, sendo o seu papel insubstituível na valorização social e na formação cívica dos seus associados, assente em valores como o voluntariado, a solidariedade, a igualdade, a cidadania e a democracia. O trabalho de extrema importância levado a cabo pelas associações, frequentemente complementa e substitui a intervenção do Estado.

Com a crescente desresponsabilização do Poder Central em muitas das suas obrigações constitucionais, tem-se vindo a exigir às autarquias um trabalho redobrado num quadro de enormes dificuldades, de ingerências à sua autonomia administrativa e política, com sucessivos estrangulamentos financeiros e humanos.

Neste contexto, a Câmara Municipal da Moita tem assumido um importante papel de apoio ao Movimento Associativo e Popular e Instituições Sociais reconhecendo-os como parceiros privilegiados na estruturação e aperfeiçoamento de um concelho que se pretende justo e equilibrado, cultural e socialmente desenvolvido.

Assim, considerando:

1. As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento.

2. A competência da câmara municipal, nos termos das alíneas o), p) e u), do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas, com vista à execução de obras, à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.

3. A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria.

Propomos de acordo com o artigo 23º, nº 2, alínea e), f), g), h) e m) e artigo 33º, nº 1, alínea o), p) e u) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, a celebração de contrato-programa de desenvolvimento social, cultural e desportivo, entre o Município da Moita e a seguinte entidade (conforme documentos em anexo):

- Centro de Atletismo da Baixa da Banheira
- Centro Náutico Moitense
- União Futebol Clube Moitense

As participações consideradas têm cabimento nas seguintes rubricas:

Apoio a Associações Culturais e Desportivas: 17-03.04.07.01.02.99:

- No valor de 3.250.00€ (três mil duzentos e cinquenta euros).

Apoio ao Movimento Associativo - Investimentos: 22-03.08.07.01.05:

- No valor de 16.250.00€ (dezasseis mil duzentos e cinquenta euros).

XIX Meia Maratona: 17-03.06.02.03.05.21:

- No valor de 9.200.00€ (nove mil e duzentos euros).

AtletisMoita: 22-03.06.02.03.05.07:

- No valor de 600.00€ (seiscentos euros).”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão com as seguintes intervenções.

Sr. Vereador Luís Chula – Disse: “Resultante da leitura que fiz, retive uma preocupação, sobre o sítio das marinhas em que é referido que há uma verba de apoio ao Centro Náutico Moitense para a intervenção de um sócio, creio que do Centro Náutico Moitense, ou um dirigente não sei bem, no sentido de tratar as marinhas, dar vida e fazer a respetiva movimentação das águas e dos “tabuleiros”, acho que é assim que se chama, e retive a informação de que era apenas uma pessoa e a questão que eu alerto, aqui, é no sentido de saber se está previsto, ou não, a transmissão do conhecimento desse tipo de atividade que está, absolutamente, em desuso no nosso Concelho a mais alguém, espero que não fique em exclusivo numa pessoa que eu não sei a idade, mas que, naturalmente, haverá necessidade de passar esse conhecimento, seria ideal, a jovens para que o tratamento das salinas e esta tradição tenha prosseguimento, não do ponto de vista da exploração comercial, mas do ponto de vista da conservação das nossas tradições.”

Sr. Vice-Presidente – Disse tratar-se de um sócio que é “um velho do rio”, ele foi precisamente chamado, e está lá neste período que é praticamente o ano inteiro, na altura em que foi criado este projeto que consiste em recuperar todo o património ribeirinho e o saber das marinhas, que é um património muito grande na Moita com centenas de anos e os trabalhadores tendo-se deparado com alguns problemas, como é natural, para quem não está na área, este senhor que viveu grande parte da sua vida neste ofício veio prestar esta ajuda, e esta ajuda implicava as condições do equipamento e todo o saber fazer porque, por vezes, só quem faz é que o sabe, acrescentando que foi criado um Programa, um serviço educativo para as escolas, portanto esse Projeto é feito e avaliado, existindo um relatório, algo extenso, sobre o mesmo e sobre os serviços que prestam, mostrando a sua disponibilidade para facultar os esclarecimentos que acharem pertinentes.

Sr. Presidente – Acrescentou que os nossos marinheiros são trabalhadores de uma disponibilidade e de uma versatilidade invulgar que merecem homenagem e merecem reconhecimento e são eles, os nossos três marinheiros, que dão a força braçal para produzir sal na nossa salina, portanto fica aqui o nosso obrigado.

Não havendo mais intervenções foi a proposta submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

As propostas abaixo transcritas foram apresentadas pelo Sr. Vereador Luís Nascimento.

2. REALIZAÇÃO DA FESTA DA ROMARIA

“A Romaria a Cavalos Moita-Viana do Alentejo, evento de cariz religioso, é uma tradição comum aos dois concelhos que data do século passado.

Os lavradores deslocavam-se ao Santuário de Nossa Senhora d'Aires, no mês de setembro, com os seus animais, fazendo o percurso pela antiga Canada Real, através de quintas e caminhos de terra batida, para que estes fossem benzidos durante a procissão em honra de Nossa Senhora d'Aires, padroeira dos animais, e pedir ainda por boas colheitas da sua agricultura.

Atualmente a romaria realiza-se no mês de abril, coincidindo a sua chegada a Viana do Alentejo, com a Procissão em honra de Nossa Senhora d'Aires que ocorre no último fim-de-semana do mês.

Considera-se pertinente a realização de uma festa tendo como principal objetivo receber, de forma antecipada, os romeiros num clima de confraternização e camaradagem.

Pretende-se assim realizar uma festa, tendo como localização a Avenida Marginal da Moita, junto à caldeira, entre os dias 20 e 25 de abril, assentando nas atividades de gastronomia (tasquinhas, fumeiro e doçaria), artesanato, divertimentos para crianças e animação musical, nos seguintes horários:

20 de abril – das 21.00H às 24.00H;
21 de abril – das 10.00H às 01.00H;
22 de abril – das 10.00H às 24.00H;
23 de abril – das 14.00H às 24.00H;
24 de abril – das 14.00 H às 01.00H;
25 de abril – das 09.00H às 24.00H.

Pretende-se ainda que o desenvolvimento deste evento seja efetuado em parceria com a RZ Eventos.

Tendo por base a promoção e o apoio ao desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de manifesto e relevante interesse municipal,

Assim, proponho:

Que, ao abrigo do disposto na alínea ff) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere o seguinte:

- a) Aprovar a realização da iniciativa – Feira de Boas Vindas aos Romeiros, nos termos e com os fundamentos referidos. “

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, havendo as seguintes intervenções.

Sr. Vereador Luís Chula – Disse: “Querida apenas perguntar ao Sr. Vereador em que é que consiste esta parceria com a RZ eventos, o que é que é a RZ eventos e da necessidade de fazer uma parceria ... **(Inaudível)**”.

Sr. Vereador Luís Nascimento – **(Inaudível)** ... muitas vezes acontece que a Câmara Municipal aluga stands, que por vezes volta a alugar a pessoas que vão vender, neste caso é uma Feira que não é costume realizar-se, uma vez que é a primeira vez que se está a organizar e não existe público comerciante habituado ... **(Inaudível)** acrescentando que não será uma feira grande, nada que se pareça com a Feira de Maio, são uma dezena de stands para os adultos comerem qualquer coisa, tipo queijos, presuntos ou chouriços, e um pequeno divertimento para crianças, haverá também um pequeno estrado onde atuará um grupo de sevilhanas, portanto é uma festinha para recebermos as pessoas. A RZ eventos, essencialmente, fornece os stands e é a ponte com os comerciantes que os vão ocupar porque seria muito difícil, de repente, fazer-se uma coisa destas.

Sr.^a Vereadora Filomena Ventura – Disse: “Eu ouvi com atenção o Sr. Vereador e fiquei confusa, quando diz que a RZ eventos, obviamente, é a empresa que nos aluga os stands, geralmente, digamos assim, tem uma carteira em que já está habituada a trabalhar com a Câmara, tudo bem, agora, com o que fiquei absolutamente confusa foi sobre a agenda de contactos desta empresa com os comerciantes, a minha pergunta é muito clara, é assim: a Câmara Municipal da Moita pretende, e de certa forma muito bem, alargar, ou dignificar a saída da Romaria, apresenta-nos, aqui, esta proposta, o que eu pergunto é que contactos é que fez com os comerciantes destes produtos locais porque quem passa no Mercado Municipal ou quem vai à praça, e o Sr, fá-lo certamente, porque é o responsável das Atividades Económicas, sabemos que, há comerciantes que negociam nos queijinhos e nos chouriços, como muito bem disse, a pergunta é, fizeram contactos ou é a RZ eventos é que vai fazer? Eu peço imensa desculpa, e tenho que assumir, aqui, que, se calhar, é algumas das posturas que eu tenho por princípio em fazer alguns outsourcing’s em relação a dinamizar os espaços públicos, com os quais, na sua essência, eu concordo, não concordo é com outsourcing, portanto, a minha pergunta é assim: contactou os comerciantes da Moita, aqueles que costumam estar, já percebi que vão estar também na Feira de Maio, mas a minha pergunta é contactou-os e a resposta deles foi essa ou partiu do princípio que a RZ eventos faria esta dinamização toda?”

Sr. Vereador Luís Nascimento – Esclareceu que os nossos comerciantes, que têm estabelecimentos, não são os mesmos que costumam ir para feiras, portanto comerciante de feira é diferentes de comerciante com um estabelecimento, perante isto, naturalmente, que o Concelho da Moita tem muitos comerciantes tipo de feira e por norma estes não conseguem pagar um stand de feira, ou seja o preço a que fica um stand é demasiado caro para eles, por outro lado a RZ eventos aceita que garanta o risco e aceitou contactar os comerciantes da Moita, portanto haverá comerciantes da Moita mas também os haverá de fora da Moita. Quanto aos stands a utilizar estes serão de madeira e terão uma certa apresentação e não vão sobrar, agora temos a palavra da RZ eventos que tem uma prioridade com o comerciante da Moita.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Disse que, na sua opinião, está-se aqui a falar de uma Festa da Romaria e esta, como sabemos, é uma festa que tem uma origem popular informal e são coisas muito genuínas e é isto que lhes dá sabor, este genuíno, este informal das Romarias e o que podemos estar a correr o risco, se se chama a isto um risco, é claro que a Romaria foi tomando uma grande organização atendendo ao número de pessoas e aos dias, portanto, isso tem tudo uma logística de saúde, de alimentação e cuidados e tem que ter porque participa muita gente e é muita responsabilidade. Sobre o que estamos a falar, ou seja, estamos a juntar um ingrediente que é uma realização que pensa já ser uma variante mais comercial em que até já vem uma entidade organizar e em que se paga a taxa, ficando sempre um bocado reticente porque se paga a taxa, deixando uma recomendação que é de haver algum cuidado porque percebeu o Vereador Luís Nascimento porque tem que se receber bem as pessoas que vêm mas tudo o que for ultrapassando isso corre-se o risco de entrar numa teia de organização, ou de organizações que vão entrando nesta teia e depois pode-se correr o risco de começar a descambar para outras questões comerciais e já ouviu falar que os comerciantes da Moita não aguentam as taxas que se pagam nestas coisas, pensando que numa Romaria não se quer deixar ninguém de fora e se se começa a dizer só entra se aguentar o valor da taxa parece-lhe que se está a entrar numa via muito comercial numa coisa que tinha um genuíno muito popular, portanto pensa que sim que se deve organizar algo para se receber bem os romeiros, que as pessoas se sintam bem nestes dias de preparação da Romaria e que vão bem-dispostos da Moita porque foram bem recebidos, deixando alguns cuidados não se vá depois deixar várias entidades a organizar este evento.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Esclareceu que não existe taxa nenhuma mas, naturalmente, como em qualquer feira o que o feirante paga é o aluguer do seu stand, a única questão é que quisemos que os stands fossem em madeira em vez de ser aquele stand típico que se usa na Festa de Setembro.

Sr. Presidente – Disse que esta questão sobre o que fazer nos dias que antecedem a partida da Romaria e sobretudo na véspera, é algo que já se vem discutindo há alguns anos e que se partiu de um ponto há 4 ou 5 anos onde não se fazia nada para passarmos para aquilo que tem acontecido nestes últimos anos de haver uma pequena animação musical junto ao portão do Pavilhão, acrescentando que a opinião prevalecente tem sido a de que os Romeiros propriamente ditos têm pouca disponibilidade para participação neste tipo de coisas porque a maioria chega naquela tarde, estão na preparação das suas coisas, convivem entre eles porque alguns deles não se encontram há um ano e por isso tem pouca disponibilidade e até aquela animação musical que se fazia percebia-se que não havia muita gente a assistir. O Vereador Luís Nascimento vem propor fazer-se uma iniciativa mais alargada, ou seja, começar no fim-de-semana anterior e fazer uma pequena Feira, o que da sua parte acha que sim, que vale a pena tentar e vamos ver o que resulta se tem adesão ou não ... (inaudível).

... os próprios feirantes montam os seus equipamentos, as faturas trazem as suas roulottes e os restaurantes trazem o seu restaurante, este é o método mais tradicional ... (inaudível).

Os Feirantes têm a sua grande época de atividade intensa no verão e nos períodos de inverno têm pouca ou, às vezes, nenhuma atividade porque as Feiras organizadas pelas Entidades Públicas são em regra no verão e o que é que este grupo de feirantes decidiu fazer, organizar-se numa empresa, a tal RZ eventos, construir os seus próprios stands e propor-se nos diversos locais a fazer, são eles que fazem a Feira, ou seja, instalam-se e fazem a Feira.

Informou ainda que a RZ eventos, no Concelho, fazem a Feira do Chocolate, em Alhos Vedros, vão fazer, agora, a Feira à Moda Antiga, na Baixa da Banheira e outras em outros locais e propuseram ao Vereador Luís Nascimento fazer esta, e o Vereador achou por bem aceitar esta parceria e da parte dos Vereadores da CDU irão viabilizar, porque consideram que vale a pena experimentar e ver se corre bem e o balanço será feito no final.

Sr. Vereador Luís Chula – Disse: “A razão de ser da Feira faz todo o sentido, tentar que ela tenha êxito também e que possa seguir nos anos seguintes é indiscutível e isso não está em dúvida, também nós iremos votar a favor, a única questão era estes esclarecimentos que julgo foram oportunos, até porque é um modelo que eu não conhecia ainda, estas parcerias com o Município, julgo que não é normal, é a primeira vez que acontece, embora já tendo havido com as freguesias ...” (inaudível).

Não havendo mais intervenções foi a proposta submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

A partir deste momento a cassete ficou inaudível na sua totalidade.

3. RENÚNCIA VOLUNTÁRIA DO ESPAÇO DE VENDA Nº304, COM A ATIVIDADE DE CALÇADO, NA FEIRA MENSAL DO CONCELHO DA MOITA

“Foi rececionado um requerimento em nome de Maria Cassilda de Jesus Rodrigues Pereira da Luz, residente na Rua António Hipólito da Costa nº 3 - 1º direito em Alhos Vedros, adjudicatária do espaço de

venda nº 304, com a atividade de calçado, na feira mensal, no qual solicitava a renúncia voluntária do mesmo.

Assim, proponho:

Que ao abrigo da alínea e) do Art. 25º do Regulamento do Comércio a Retalho não Sedentário do Município da Moita, seja aceite a renúncia da titular.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

4. RENÚNCIA VOLUNTÁRIA DO ESPAÇO DE VENDA Nº113, COM A ATIVIDADE DE FERRAGENS, NA FEIRA MENSAL DO CONCELHO DA MOITA

“Foi rececionado um requerimento em nome de Francisca Beatriz da Encarnação Sousa Tordo, residente no Largo Nossa Senhora dos Aflitos nº4 em Olhavo - Alenquer, adjudicatária do espaço de venda nº 113, com a atividade de ferragens, na feira mensal, no qual solicitava a renúncia voluntária do mesmo.

Assim, proponho:

Que ao abrigo da alínea e) do Art. 25º do Regulamento do Comércio a Retalho não Sedentário do Município da Moita, seja aceite a renúncia da titular.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Presidente encerrada a reunião, sendo a respetiva ata aprovada em minuta. Eram vinte e duas horas e vinte minutos. E eu, Alda Mouzinho, Coordenadora Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente ata que assino com o Sr. Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas, encontram-se devidamente gravadas em cassete, ficando as mesmas a fazer parte integrante desta ata.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A COORDENADORA TÉCNICA